

Culturas ancestrais do
movimento: uma perspectiva
sobre as migrações africanas

Ancestral cultures of the
movement: a perspective on
African migrations

Claudelir Correa Clemente¹



Resumo: O livre deslocar-se de um lugar a outro sempre foi algo importante para os povos africanos. Isso não significa culturas sem fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas. O cultivo da mobilidade é praticado desde tempos imemoriais, configurando-se um dos preceitos que orientam as experiências socioculturais da África. Esta reflexão encontra motivações no pensamento de Achille Mbembe, em suas considerações sobre as aspirações africanas, uma delas a de mover-se sem amarras em um mundo que ao longo da história impôs a esses povos um passado de escravização e um presente ainda marcado pelo confinamento. No sentido de realçar as aspirações de deslocar-se livremente pela Terra, mas também as dificuldades em concretizá-las, este artigo estabelece conexões entre as atuais migrações africanas e as antigas práticas culturais de deslocamento cultivadas na África, buscando suscitar um debate sobre o direito de ir e vir dos povos daquele continente. **Palavras-chave:** África; culturas; migrações; liberdade e confinamento.

Abstract: movement from one place to another has always been important for African peoples. This does not mean cultures without borders, be they physical or symbolic. The cultivation of mobility has been practiced since time immemorial, constituting one of the precepts that guide the sociocultural experiences of the African continent. This reflection finds motivations in the thinking of Achille Mbembe, in his considerations about African aspirations, one of which is to move without ties in a world that throughout history has imposed on Africans a past of enslavement and a present still marked by confinement. In order to highlight the aspirations of moving freely around the Earth, but also the difficulties in realizing them, this article establishes connections between current African migrations and the ancient cultural practices



of displacement cultivated in Africa, seeking to provoke a debate on the right coming and going of African peoples.

Keywords: Africa; cultures; migrations; freedom and confinement.

Claudimir Correa Clemente
Culturas ancestrais do movimento: uma perspectiva
sobre as migrações africanas



Migrantes africanos e restrições do movimento

A migração africana ocupa um lugar importante na imprensa e nas políticas migratórias. É comum assistirmos nos telejornais notícias sobre tentativas de migrantes de ultrapassar as fronteiras que separam a África dos enclaves europeus de Ceuta e Melilla (Espanha) e Lampedusa (Itália). São imagens muito tristes, de pessoas exaustas, desnutridas e combalidas pelos riscos do trajeto, pela fome, pela ação violenta de coites. Em meio às imagens, quando prestamos atenção ao discurso midiático, ressoam os alardes da Europa fechada às populações do continente africano e os ecos de suas leis de imigração.

As retenções de migrantes nas fronteiras de Ceuta, Melilla e Lampedusa demonstram de forma contundente a intensificação de restrições da mobilidade de negros e de pobres. Sobre isso, reflete Mbembe (2019):

A capacidade de decidir quem pode se mover, quem pode se estabelecer onde e sob quais condições, ocupa cada vez mais o centro de lutas políticas por soberania, nacionalismo, cidadania, segurança e liberdade. Com a expansão colonial do ocidente [sic], e de modo mais decisivo com o advento do capitalismo, a *raison d'être* da fronteira se relaciona a questões-chave como: a quem pertence a terra? Quem tem o direito de reivindicar partes dela e os vários seres que nela habitam? Quem determina sua distribuição ou divisão? Ao enquadrar a questão da fronteira dessa forma, estou tentando mostrar que o poder da fronteira está em sua capacidade de regular as múltiplas distribuições das populações – humanas e não humanas – sobre o corpo da terra, e, assim, afetar as forças vitais de todos os tipos de seres.

Para os povos da África, no processo de colonização, as concepções de movimento do mundo ocidental erigidas em seus territórios e suas comunidades buscaram corroer culturas milenares, alterando ou eliminando práticas culturais ligadas à livre circulação vivenciadas no período pré-colonial.

O livre deslocar-se de um lugar a outro sempre foi algo importante para os povos africanos. Isso não significa culturas sem fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas. Praticado desde tempos imemoriais, o cultivo da mobilidade é um dos preceitos que orientam as experiências socioculturais do continente. A respeito dessa importância, Mbembe (2019) argumenta:



O veículo mais importante para a transformação e a mudança era a mobilidade. Não era a luta de classes, no sentido em que a compreendemos. A mobilidade era o motor de qualquer tipo de transformação social, econômica ou política. Aliás, era o princípio indutor por trás da delimitação e da organização do espaço e dos territórios. Assim, o princípio primordial da organização espacial era o movimento contínuo. E isso ainda é parte da cultura hoje.

Apesar de todo reforço ao que esse autor chama de *restrições de movimento* – uma ação que reproduz e intensifica a vulnerabilidade de grupos estigmatizados e marcados racialmente –, práticas culturais que cultivam a mobilidade ainda estão muito presentes na África. As atuais migrações internas ao continente podem ser uma pista para entendermos as motivações culturais desse movimento, uma vez que reúnem um contingente populacional mais significativo do que aquele que compõe os fluxos migratórios transcontinentais. Inclusive, supera os fluxos que se dirigem aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2015, dos 32 milhões migrantes internacionais africanos, 50% deslocavam-se entre países do continente.

Estudos anteriores ao ano de 2015, especialmente de Philippe Bocquier (1998) e Bocquier e Sadio Traoré (2000), já indicavam que os povos africanos migram menos para a Europa e mais para países da própria África, tendência que se manteve. Segundo o *Le Monde* (BAUMARD, 2019), dos 5,3 milhões de migrantes internacionais instalados em países da OCDE, em 2018 apenas 300 mil eram africanos. Naquele ano, de acordo com o jornal francês, a China ocupava o primeiro lugar no ranking de nações de origem dos imigrantes em territórios vinculados à organização, seguida de Romênia, Índia, Polônia, Vietnã, México, Síria e Filipinas. O primeiro país africano a aparecer é o Marrocos, em 18º lugar, com um contingente de 71 mil migrantes, apenas 4% do total de ingressos.

Nesse sentido, os dados acima ilustram algo que é tradicional entre as populações da África, o interesse em migrar dentro do seu próprio continente. Esse movimento tem motivações variadas: políticas, econômicas, matrimoniais e, sobretudo, embasadas em culturas milenares.

O ir e vir em culturas africanas

A África é um continente em movimento, como já dito, algo que remonta a tempos imemoriais. Entre os deslocamentos mais significativos da história



social das populações africanas, e que contribuíram para o povoamento desse território, está sem dúvida a dispersão do povo Bantu², que se movimentou, por um longo período, da África Subsaariana para a Austral. Essa dispersão teve início em torno de 3.000 a.C., mantendo-se em curso durante todo o processo de colonização.

No primeiro milênio da Era Cristã, os bantu tornaram-se exemplares agricultores e já possuíam certo domínio da manufatura de metais: “[...] dependiam do ferro e eram considerados como o povo que detinha o segredo de sua metalurgia” (SUTTON, 2010, p. 640). À medida que se deslocavam disseminavam suas tecnologias em outras regiões do continente.

A expansão principal dos Bantu [sic] foi ampla e rápida, não tendo ocorrido através de fases progressivas, como afirmaram alguns autores. Mas também não se tratou de uma perambulação de nômades errantes nem de uma conquista militar organizada. Foi um processo notável de colonização – no verdadeiro sentido da palavra –, a exploração de terras totalmente desocupadas (SUTTON, 2010, p. 640).

A dispersão bantu nos faz pensar que era preciso deslocar-se para ampliar o conhecimento através da experimentação de naturezas e espaços diferentes. E, com isso, crescer em termos de conhecimento e de domínio de técnicas para sobreviver a situações adversas. Esse pensar inquieto entre os bantu³ faz suas práticas migratórias um modo de circulação de pessoas, saberes, técnicas e bens. Com esses deslocamentos, o continente africano experimentou um primeiro tipo de migração de povoamento.

Na África Subsaariana, a cultura Soninké, presente nos vilarejos banhados pelo rio Senegal, onde está localizada atualmente a tríplice fronteira entre Senegal, Mali e Mauritânia, é outro exemplo de cultura do movimento. Milenarmente conhecidos pela excelência na agricultura e pelas habilidades de navegação, os soninké desfrutavam de grande prestígio no período pré-colonial. Eles comercializavam com povos sudano-sahelianos, enquanto os agricultores dessa região deslocavam-se para terras do vale do rio Senegal. Essas rotas sofreriam alterações durante a colonização francesa, mas não a ponto de eliminar as relações entre a população rural e as populações litorâneas (CHASTANET, 1999).

Desde a colonização são significativos os deslocamentos para trabalho rural



e, sobretudo, no comércio em direção às cidades da costa atlântica africana, atualmente áreas urbanas de países como Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Togo. No contexto colonial esse movimento formou bairros urbanos de migrantes, chamados de “zongo”, semelhantes ao bairro Zongo de Lomé, em Togo, constituído de estrangeiros haussas, no fim do século XIX, conforme Michel Agier (1983).

Pré-colonial, essa mobilidade ligada ao comércio está entre as mais antigas na África. Desde então, fluxos compostos majoritariamente por homens circulam nas cidades, vendendo especiarias, vestimentas, calçados e toda espécie de utensílios. Paulatinamente, também as mulheres passaram a integrar esse circuito comercial.

Como demonstram as já citadas etnografias de Agier (1983), Togo foi e é um dos principais palcos dessas atividades comerciais. A propósito, a notoriedade das suas pesquisas foi ampliada justamente por revelar toda a movimentação feminina na África Subsaariana para a venda de tecidos, setor liderado pelas mulheres.

De acordo com a antropóloga Rita Cordonnier (1982, p. 185), desde o período pré-colonial as mulheres oeste-africanas são ativas no comércio. Para tanto, elas atravessam longas distâncias, integrando o circuito comercial inter-regional, nos limites de seu *status* de esposa. Os ganhos das transações são entregues aos seus esposos ou ao líder de sua linhagem, mas uma parte é gerida diretamente por elas. Esse é um exemplo que ilustra uma longa tradição de comércio feminino e envolve diferentes grupos étnicos africanos – mina do Togo, iorubá da Nigéria e do Benin.

Contemporaneamente, essas mulheres fizeram sucessoras, denominadas em muitos mercados africanos como “Nana Benz”⁴. Atualmente, no Senegal, essas vendedoras de tecido, que também comercializam produtos de beleza, chegam a viajar para Dubai, China e outros mercados asiáticos à procura de novidades para suas e seus clientes.

Nesse sentido, a livre circulação dá às populações africanas a possibilidade de fomentar redes, criar laços sociais e constituir suas cidades, como bem relata Agier, em entrevista:

[...] partindo da África, digamos, e daqueles pequenos bairros, como aquele bairro de estrangeiros no Togo que eu estudei faz tempo, podemos dizer que sempre se repete o mesmo processo: o pessoal chega negociando como comerciante estrangeiro,



ambulante etc.; chega de um outro lugar e as pessoas da cidade dizem para eles: ‘Fiquem aí!’ O espaço se torna o acampamento dos estrangeiros, chamado ‘zongo’ na língua haoussa. E se amplifica assim, depois de anos e décadas, se torna um polo urbano importante (AGIER, 2010, p. 825).

Logo, a seu modo, mesmo imersos num continente plural culturalmente, os povos africanos promovem o desenvolvimento de suas regiões através de economias e sociabilidades assentes na liberdade do movimento.

Ao longo da história do continente, contudo, não tem sido fácil manter a livre circulação. Tanto no passado quanto no presente, acirram-se os cerceamentos da mobilidade na África: “Ganha força a crença de que o mundo seria mais seguro se ao menos os riscos, as ambiguidades e as incertezas pudessem ser controladas, se ao menos as identidades pudessem ser fixadas de uma vez por todas” (MBEMBE, 2019).

Deslocamentos derivados da colonização e escravização

Do início da Idade Moderna até o século XIX, as populações africanas conheceriam a perversidade da colonização europeia que as racializou como negras, as escravizou e as lançou além-mar, em navios negreiros, sequestrando-as majoritariamente para as Américas:

[...] em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objecto, homens-mercadorias e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua própria (MBEMBE, 2017, p. 12).

O projeto Slaves Voyages, um banco de dados sobre o tráfico de escravos transatlântico, estima que mais de 12 milhões de africanos⁵ foram transportados, em condições desumanas, pelo Atlântico. De forma perversa e subalterna, isso inscreveu a África numa primeira migração transnacional. De acordo com o historiador Jose Antônio dos Santos (2008, p. 182):

A diáspora ou a dispersão dos povos africanos pela Europa, Ásia e América se produziu em escala massiva durante o período



do tráfico de escravos entre os séculos XV e XIX. Esse é um dos movimentos migratórios mais espetaculares da História moderna, sendo que os cálculos da travessia forçada pelo Oceano Atlântico oscilam de dez a cinco milhões [sic] de pessoas que teriam sido arrancadas da África e trazidas para as Américas. Sem dúvida, houve presença africana em praticamente todo o mundo conhecido anterior ao início do tráfico internacional, no século XVI.

E é no Brasil que se encontra a maior diáspora africana do mundo, e onde mais de 4,5 milhões de pessoas desembarcaram na condição de escravizadas. No seu trabalho escravo, milhares de africanos incrementariam a economia brasileira, mas sobretudo a economia mundial, propiciando a acumulação de riquezas na Europa, contribuindo para alavancar o processo de industrialização na Inglaterra e solidificando o capitalismo.

A colonização inaugurou um processo marcado pelo racismo, pelo controle e pelas interdições do movimento das populações africanas e descendentes da diáspora. E, ainda hoje, as atrocidades do sistema colonial impactam profundamente a realidade social dos povos africanos e de seus descendentes que vivem na África e fora dela.

Sabe-se que concomitantemente à escravização das populações negras nas Américas, o domínio europeu colonizava os territórios da África, espoliando-os e submetendo-os aos seus interesses econômicos. Mesmo após a independência dos países do continente, o vínculo perverso entre colonizador e colonizado permaneceu, gerando outras formas de exploração que adentraram o século XX.

O caso da França e suas ex-colônias, em especial as da África Subsaariana, nos apresenta alguns aspectos significativos para nossa reflexão.

Experiências diaspóricas

“Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital” (MBEMBE, 2017, p. 19).

Na África Subsaariana, nos vilarejos atravessados pelo rio Senegal, destacamos que a cultura Soninké desfrutou de grande prestígio no período pré-colonial.



A riqueza desse grupo étnico advinha de sua agricultura comercial, de sua inteligência para os negócios e de sua arte em navegação. Com a colonização, boa parte desses conhecimentos e habilidades soninké foi utilizada em prol do poder colonial, tanto nas atividades comerciais locais quanto no território francês.

Nas etnografias de Christophe Daum (1993), os soninké da região de Kayes, no Mali, e os senegaleses destacam-se pelo pioneirismo na imigração negra para a França. Compuseram o contingente laboral de estivadores e navegadores que atuavam nos grandes portos de Havre e Marselha, que acolheriam também os primeiros migrantes malês no território francês, após a independência do Mali. Além dos trabalhos nos portos, essas populações da região do rio Senegal incrementariam a indústria da construção desse país. Os senegaleses seriam recrutados massivamente, ainda, pela indústria automobilística francesa.

A migração subsaariana para a França data do período colonial e se mantém até hoje, a despeito da redução significativa no número de migrantes africanos. No entanto, seu auge ocorreu nos anos de 1960, constituída basicamente de homens solteiros na faixa etária entre 30 e 50 anos, que migravam para o território francês em busca de melhores condições de vida, notadamente em seus vilarejos e para suas famílias. Nesse sentido, a migração era, e ainda é, uma forma de enviar recursos para a África.

Entre os ambientes cujas práticas culturais nos fornecem dados sobre a experiência da migração das populações subsaariana na França estão os *foyers*, abrigos que servem como moradias coletivas destinadas a migrantes.

De acordo com Michel Fievet (1999, p. 18), esses migrantes africanos

[...] são encontrados amontados nos cortiços, porões e sótãos de Paris, de Clichy, de Saint-Denis ou Montreuil. Segundo dados oficiais, 40% dos imigrantes africanos vêm do vale do rio Senegal e 35% nunca foram à escola. Eles geralmente pertencem a redes migratórias com base em estruturas das aldeias rurais (em torno de 80%), se instalam em *foyers* e favorecem a entrada de outros imigrantes rurais oriundos de suas aldeias e pequenas vilas (apud SILVA, 2014, p. 79).

Os *foyers* estão espalhados por toda a França, sendo predominante masculinos. É comum encontrarmos neles vários membros de uma família ou compatriotas que viviam no mesmo vilarejo na África, mas migraram para o país europeu em períodos diferentes.



Os moradores dos *foyers* vivem juntos e fazem suas preces juntos; alimentam-se juntos, muitas vezes vários compartilham o mesmo prato, uma prática vivida nas comunidades de origem e que continua no cotidiano dos abrigos. Eles conversam muito, estão sempre juntos partilhando os problemas locais e das suas cidades. Quando um está desempregado é sustentado por todos, mas quando consegue trabalho também deverá contribuir (SILVA, 2014, p. 83).

Além das dificuldades de sobrevivência, afetam-lhes também as restrições impostas pela política imigratória francesa.

Desde os anos 1970, com a Circular Ministerial de 5 de julho de 1974, que pôs fim à imigração de trabalho na França, observou-se o aumento de trabalhadores migrantes na condição ilegal. A crise do Estado de Bem-Estar Social e o aumento do desemprego levaram a maioria da população francesa a ir contra a presença de migrantes. Nesse sentido, as circulares ministeriais foram uma forma de restringir a entrada de africanos no país. Assim, descreve Gokalp (1975, p. 894):

A imigração de trabalhadores originários da África negra era regida por acordos bilaterais que permitiam o livre exercício de uma atividade profissional na França. As circulares ministeriais do fim de 1974 colocam fim a esse regime e tornam obrigatório para os africanos a necessidade de uma *carte de séjour*.⁶

O passar dos anos não foi garantia de relações mais amenas entre migrantes e legisladores franceses. Após a instituição da Comunidade Europeia, na década de 1990, da qual a França é membro, e a com criação da Frontex, agência de segurança de fronteiras exteriores, os migrantes oriundos da África sentiriam o acirramento de medidas de restrições ao seu deslocamento para países europeus.

Considerações finais

O ano de 2005 foi o estopim de uma sequência de atos institucionais por parte da União Europeia (UE) com vistas a normatizar as migrações africanas. Naquele momento, vários subsaarianos perderam a vida ao tentar atravessar as cercas de arame farpado nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. E, então, a África Subsaariana voltou a ocupar os jornais europeus.



Uma Comissão Europeia constituída de ministros do Interior de países da UE iniciou uma série de reuniões para discutir a questão migratória que perdurariam por muitos anos. Sobre uma delas o jornal alemão *Deutsche Welle* relata:

A imigração ilegal merece grande destaque na agenda da União Europeia no momento. O encontro dos ministros do Interior de seis países da UE, iniciado nesta quarta-feira (22/03), em Heiligendamm, transcorre sob o signo do drama dos refugiados da Mauritânia, nas Ilhas Canárias. A conferência naquela cidade alemã à beira do Mar Báltico durará dois dias. Dela participam Alemanha, Espanha, França, Itália, Polônia e Reino Unido. A pedido do governo espanhol, o tema migração também será debatido no encontro de cúpula dos chefes de Estado e de governo da UE, nos dias 23 e 24 de março (LEIDEL, 2006).

No decorrer da primeira década dos anos 2000 muitos acordos foram assinados entre os Estados membros da União Europeia com vistas à gestão dos fluxos migratórios africanos. E as fronteiras com a Europa foram reforçadas pelas polícias de cada país da comunidade e apoio da agência Frontex. De acordo com alguns e algumas analistas da situação (FOUTEAU, 2006; FRESIA, 2009), foram muitos os investimentos políticos, policiais e diplomáticos para conter as migrações africanas, algo sem paralelo com outras regiões do mundo.

Passados dez anos, em 2015 a Europa se viu novamente às voltas com as questões migratórias, dessa vez em razão da crise humanitária na Síria. Isso, contudo, não ofuscaria a presença de imigrantes oriundos da África nas fronteiras europeias de Lampedusa, na Itália. Numa frase emblemática, o jornal francês *Le Monde* disparou: “*A trop se focaliser sur le Moyen-Orient, on n’a pas vraiment vu venir l’Afrique*” (BAUMARD ; LEPARMENTIER, 2017).⁷

Através da reflexão de Mbembe (2019), podemos entender que a África, quando chega, “liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional”.

Ao longo da escrita deste texto, inspirada pelas leituras de autores como Achille Mbembe, procurei realçar uma África de culturas do movimento. Mesmo que soe como utopia, indiquei, na mesma direção do pensador camaronês, as possibilidades de convivência em um mundo sem fronteiras. Concomitante, a escrita mergulhou em reflexões que apontam o acirramento de formas de controle do movimento dos povos africanos, remontando ao período colonial,



em que se assentam as bases de um mundo que os estigmatiza e os exclui e a seus descendentes.

Nesse espírito reflexivo, volto a Mbembe (2019),

[...] a ideia de um mundo sem fronteiras pode ser um recurso poderoso, embora problemático, para o social, o político e até mesmo para a imaginação estética. Por causa da atual atrofia da imaginação utópica, o espírito do nosso tempo foi colonizado por imaginários apocalípticos e narrativas de desastres cataclísmicos e futuros desconhecidos. Mas que política as visões do apocalipse e da catástrofe engendram, se não uma política da separação, em vez de uma política da humanidade, de espécies começando a existir plenamente? Porque nós herdamos uma história em que a norma é o sacrifício recorrente de algumas vidas para a melhoria de outras, e porque estes são tempos de medos profundamente enraizados, incluindo o medo de um planeta dominado por outras pessoas de raças diferentes; por tudo isso, a violência racial está amplamente codificada na linguagem da fronteira e da segurança.

Referências

AGIER, Michel. As cidades da antropologia : entrevista com Michel Agier. [Entrevista cedida a] Janaína Damasceno *et al.* *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 812-842, 2010. Disponível em : <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37397>. Acesso em : 27 nov. 2020.

AGIER, Michel. *Commerce et sociabilité* : les négociants soudanais du quartier Zongo de Lomé (Togo). Paris: Editions de l'ORSTOM , 1983.

BAUMARD, Maryline. Six leçons sur les migrations africaines. *Le Monde*, Paris, 18 Sept. 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2019/09/18/six-lecons-sur-les-migrations-africaines_5511874_3212.html. Acesso em: 27 nov. 2020.

BAUMARD, Maryline; LEPARMENTIER, Arnaud. Migrations africaines, le défi de demain. *Le Monde*, Paris, 16 Jan. 2017. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2017/01/16/migrations-africaines-le-defi-de-demain_5063273_3210.html. Acesso em: 12 dez. 2020.

BOCQUIER, Philippe. L'immigration ouest-africaine en Europe: une



dimension politique sans rapport avec son importance démographique. *La chronique du CEPED*, Paris, n. 30, p. 1-3, 1998.

BOCQUIER, Philippe; TRAORÉ Sadio. *Urbanisation et dynamique migratoire en Afrique de l'Ouest: la croissance urbaine en panne*. Paris: L'Harmattan, 2000. 149p.

CHASTANET, Monique. Les migrations soninkées dans la longue durée : stratégies et identités. *Cahiers d'études africaines*, Paris, v. 39, n. 153, 1999. DOI: <https://doi.org/10.3406/cea.1999.1970>.

CORDONNIER, Rita. *Femmes africaines et commerce: les revendeuses de tissu de la ville de Lomé (Togo)*. Paris: Orstom, 1982. Disponível em https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers11-03/02920.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

DAUM, Christophe. Quand les immigrés construisent leur pays. *Hommes et Migrations*, Paris, n. 1165, p. 13-17, maio 1993.

FIEVET, Michel. *Le livre Blanc des travailleurs immigrés des Foyers : du non-droit au droit*. Paris : L'Harmattan, 1999.

FOUTEAU, Carine. Les nouveaux visages de l'immigration. *Les Echos*, [s. l.], 23 Jan. 2006.

FRESIA, Marion. *Les Mauritaniens réfugiés au Sénégal : une anthropologie critique de l'asile et de l'aide humanitaire*. Paris : L'Harmattan, 2009. (Collection Connaissances des Hommes).

GOKALP, Catherine. Chronique de l'immigration. *Population*, London, ano 30, n. 4/5, 1975.

LEIDEL, Steffen. UE discute imigração ilegal. *DW – Made for Minds*, Berlin, 22 mar. 2006. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ue-discute-imigra%C3%A7%C3%A3o-ilegal/a-1941552>. Acesso em: 11 out. 2021.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. *Blog Serrote*, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.



Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, José Antônio. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 181-194. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788538603832>

SILVA, Maria Nilza. Racismo e segregação: os trabalhadores africanos moradores em habitações coletivas na região parisiense. *Crítica e Sociedade*, Uberlândia, v. 4 n. 1, p. 69-85, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26992>. Acesso em: 11 out. 2022.

SLAVE VOYAGES. *Tráfico transatlântico de escravos*. [2020]. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 7 dez. 2020

SUTTON, J. E. G. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, G. *História geral da África, II: África antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. p. 581-604.

Notas

¹Doutora em Ciências Sociais pela PUCSP. Professora da UFU.

²Este artigo opta pela grafia bantu, conforme utilização feita pelo autor J. E. G Sutton (2010). Alguns estudos afirmam que o bantu é somente um tronco linguístico, porém, em outros, sobretudo os de filiação antropológica, historiográfica e sociológica, eles são também um povo, embora não detenham uma unidade territorial.

³Ainda sobre os usos do termo, Reginaldo Prandi (2000, p. 54) afirma: “Os bantos, povos da África Meridional, estão representados por povos que falam entre 700 e duas mil línguas e dialetos aparentados, estendendo-se para o sul, logo abaixo dos limites sudaneses, compreendendo as terras que vão do Atlântico ao Índico até o cabo da Boa Esperança. O termo ‘banto’ foi criado, em 1862, pelo filólogo alemão Willelm Bleek e significa ‘o povo’, não existindo propriamente uma unidade banto na África.”

⁴É muito instigante a “genealogia” desse termo, cuja origem é a junção da palavra francesa “nana”, que significa “menina”, e Benz, em alusão à Mercedes-Benz. Ele foi forjado após a independência do Togo e está associado ao segmento de vendedoras de tecido ligadas à burguesia local, que eram proprietárias dos luxuosos carros da montadora alemã. “Nana Benz” se popularizou e, atualmente, muitas vendedoras de classes populares também recebem a alcunha.

⁵Slave Voyages, [2020].

⁶É o documento de identidade do estrangeiro na França, que pode ser em forma de carteira ou adesivo no passaporte. É renovável de acordo com regras da política imigratória



francesa.

⁷Em tradução nossa: “Focalizamos demais no Oriente Médio e não vimos a África chegar”.

Claudimir Correa Clemente
Culturas ancestrais do movimento: uma perspectiva
sobre as migrações africanas